



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 13

QUADRIÉNIO DE 2017 - 2021

(Artigo 57º da Lei nº75/2013 de 12 de Setembro)

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
TRANCOSO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

--- Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no auditório do Pavilhão Multiusos, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por José Amaral Veiga, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da informação do Presidente do Município acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** – Análise, discussão e votação da 4ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para 2019; -----

--- **Ponto número três** – Análise, discussão e votação da proposta do Mapa de Pessoal do Município para 2020; -----

--- **Ponto número quatro** – Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2020; -----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação relativa à versão final do Regulamento para Atribuição de Lotes, na Área de Acolhimento Empresarial de Trancoso; -----

--- **Ponto número seis** – Análise, discussão e votação de propostas relativas à atribuição de apoios financeiros, mediante a celebração de protocolos, às seguintes entidades: Junta de Freguesia de Palhais, Junta de Freguesia do Reboleiro, Junta de Freguesia da Granja, Junta de Freguesia da Póvoa do Concelho, Junta de Freguesia de Moreira de Rei, União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior e Junta de Freguesia de Freches e Torres -----

--- **Período destinado ao público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Maria Luisa Gil dos Santos, substituída por António Augusto Gregório, Carlos Humberto Gaspar Saldanha, substituído por Luis Manuel Albino Salvador, José Jorge dos Santos Carvalho, substituído por Telma Luisa Lopes Delgado e António Pedro Ribeiro, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Clementina Augusto Batista Lopes, membro do Partido Social Democrata e Joaquim José de Campos Cavaca, membro do Partido CDS – Partido Popular. Estas faltas foram devidamente anotadas, assim como as registadas aos senhores Presidentes de Junta da Freguesia de Aldeia Nova, Luís Carlos Diogo Natal; e da União das Freguesias da Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho, Joaquim Gomes Bernardo.

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Presidente do Município, Amílcar José Nunes Salvador e os senhores Vereadores Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto e Rogério Paulo Pires Tenreiro. -----

--- O Presidente da Mesa, iniciou a sessão agradecendo a todas as pessoas que tiveram a gentileza de endereçar Votos de Boas Festas, a si e à assembleia municipal. Informou que iria colocar a ata da sessão

ordinária de setembro de 2019 à discussão. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, referindo que apenas tinha um reparo a fazer à forma como está escrita a palavra discriminação, que deverá ser substituída por discriminação, por ser esse o significado que se lhe pretendia atribuir. -----

--- Após esta intervenção e a promessa do Presidente da mesa de que a palavra seria corrigida, não havendo mais inscrições, a ata foi posta a votação, tendo sido aprovada por maioria com 2 abstenções. -----

--- O Presidente da Mesa iniciou a sessão informando, que tinha recebido um email por parte da Câmara Municipal com o seguinte teor: “ Tendo sido hoje constatado que, por lapso, foi agendada a pedido da Câmara Municipal, a eleição de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, constante do ponto 6 da Ordem do Dia da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 18/12/2019, venho requerer a vossa excelência a retirada do referido ponto, dado que o mesmo já foi objeto de deliberação em sessão ordinária de 27/04/2018.”, pelo que deixará de existir o ponto 6 com este teor. Sendo que o ponto 7 passará a ser o ponto 6. Verificando-se a ausência da secretária da mesa Maria Luísa Gil dos Santos, convidou o membro da assembleia João Alfredo Nascimento Santos para a substituir. Informou que se iria entrar no

Período Antes da Ordem do Dia. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, João Paulo Matias, manifestando, em nome do Grupo Municipal do PS, as condolências à família do jovem Vítor Moreira, que faleceu na tenda onde irão decorrer as atividades de Natal. Felicita o Executivo por ter tomado a decisão de manter as atividades de Natal nesse local, tendo essa decisão sido tomada em consonância com a vontade da família. Saudou a direção da Escola Profissional de Trancoso, na pessoa do Sr. Eduardo Pinto e restantes membros da direção, pela organização do jantar comemorativo dos 30 anos da Escola Profissional de Trancoso e pelo empenho e dedicação que tem revelado, fazendo da EPT um projeto educativo cada vez mais promissor. Felicitou o presidente de junta de Moreira de Rei pelo novo site, que, em termos estéticos e funcionais, referiu estar excelente, relevando a vontade, empenho e dedicação do presidente de junta em procurar as melhores alternativas para os seus fregueses. Mencionou que, nos últimos dias, tinha sido divulgada na comunicação social, uma notícia sobre a acusação, deduzida pelo Ministério Público de Coimbra – Departamento de Ação Central e Penal, contra ex-autarcas do Município de Trancoso, referindo ser esta denúncia um imperativo legal, porquanto, se este Executivo não tivesse feito a denúncia, seria o próprio Executivo a cometer o crime de denegação de justiça. Não deixou de lembrar que todos os arguidos constantes da acusação beneficiam do princípio da presunção de inocência. No entanto, disse ser preciso distinguir: primeiro, o que a justiça dirá sobre os factos, isto é, se são ou não crimes, segundo, se os mesmos foram ou não praticados e, terceiro, tendo sido praticados, se configuram não um crime mas, apenas, violação da lei. Continuou afirmando não existirem dúvidas, que as obras foram feitas sem concurso, os próprios empreiteiros e presidentes de junta reconheceram a inexistência de qualquer procedimento concursal, tendo sido elaboradas peritagens judiciais impulsionadas pelo Ministério Público, que apontam para um inflacionamento de um milhão de euros nessas obras. Acrescentou que existia um padrão que se repetiu com as obras da parceria público-privada, onde é apontada uma inflação de quatro milhões e trezentos mil euros, nas obras da Central de Camionagem, do

Campo da Feira e do Centro Cultural Miguel Madeira. Mais acrescentou que o Ministério Público refere, ainda, ter sido montado um esquema para permitir à Câmara Municipal pagar tais obras, exclusivamente com fins eleitoristas, já que se aproximavam as eleições de 2009 a 2013. Ações judiciais e contratos de empreitadas simulados, assinados e elaborados depois de executadas as obras sem se questionar o custo e a legalidade, com preços exorbitantes, como referiram as peritagens, demonstrando um desperdício dos dinheiros públicos. Referiu, por fim, que na acusação se constata uma gestão autárquica, exercida durante esses mandatos, completamente politizada, parcial, com sucessivos incumprimentos da lei, com o único objetivo de ganhar eleições. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Jorge Morgado, expressando votos de Boas Festas e sucesso profissional e pessoal a todos os presentes e à Assembleia Municipal com votos produtivos para 2020, esperando que seja um ano em que as discussões estéreis diminuam, e que as pequenas tricas partidárias dêem lugar a discussões sérias e fundamentadas, sempre com o interesse de Trancoso em primeiro plano. Um ano que os politicamente dependentes e os financeira e politicamente dependentes tenham a grandeza de não considerar como negativo tudo o que não venha diretamente daqueles de que dependem e discutam as questões com honestidade para bem de Trancoso. Também ao Executivo Municipal desejou um ano de 2020, melhor que o anterior, em que se defina com maior clareza uma estratégia para Trancoso que contemple os vários setores de atividade de acordo com a sua importância, contribuindo para o desenvolvimento do concelho. Em que as despesas de investimento sejam objeto de análise custo/benefício, em função dos objetivos que estejam para concretizar. Em que se continue a divulgar Trancoso, cada vez melhor e com mais imaginação, com a finalidade de atrair mais turistas que possam contribuir para o desenvolvimento económico do concelho. Em que a Feira de São Bartolomeu seja utilizada para divulgar mais e melhor Trancoso. Em que continue o esforço com a limpeza e manutenção da cidade e das principais vias de acesso a Trancoso, que se continue com o esforço de conservar e divulgar o Património do concelho, pois, disse ser um importante fator mobilizador do turismo. -----

--- Usou da palavra o presidente da união de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, referindo que deveriam ser cumpridos os prazos nos envios dos documentos da Assembleia Municipal. Questionou o Executivo se, no dia 30 de setembro de 2019, tinha enviado para a DGAL um documento a referir que não tinha nenhuma proposta de acordo da transferência de competências. -----

--- O Presidente da Mesa, lamentou o facto de alguns documentos não terem chegado aos membros da assembleia dentro dos prazos fixados regimentalmente. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, para fazer a seguinte declaração que se transcreve: "Novo Ano, Vida Nova Tempo de Esperança? -----

- Na última Assembleia Municipal, ocorrida no dia 26 de Setembro deste ano, neste mesmo local e no mesmo ponto da O.T., fiz a minha intervenção, aludindo a que, o mandato que terminava logo a seguir no dia 6 de Outubro, tinha sido "Uma oportunidade perdida". -----

- Espero bem ter-me enganado e, por isso, por uma medida de precaução, prefiro mudar a página e falar de "Esperança". -----

- 13 dias nos separam do início do novo Ano e, em tempos festivos, para quem tem fé, deve acreditar em coisas boas, nem que seja por milagre. -----
- “Com pompa e circunstância”, foi ontem apresentado o Plano Estratégico Nacional de Atividades e Orçamento, para o próximo ano de 2020. -----
- Não era espectável que viesse ao encontro da satisfação, das necessidades e dos desejos de todos os Portugueses. Isso seria impossível. Mesmo que se diga que somos todos iguais, há sempre uns mais iguais do que outros. E os críticos e comentadores, também querem ter o seu lugar, nem que seja para dizer mal, mesmo daquilo que esteja bem para os outros, mas não para quem critica só por criticar. -----
- Pessoalmente, não é meu hábito fazer juízos prematuros e sem fundadas razões. O tempo ditará as causas e os seus efeitos. -----
- Críticas à parte, e embora seja um documento previsional e, de um modo genérico, já é possível notar, no mínimo, três pontos de vista: -----
- 1.º, o Ministro das Finanças e a sua equipa, que traduzem aquele pequeno objecto, “a pene” e o seu conteúdo, como sendo o melhor orçamento desde que há democracia em Portugal. “Têm esperança.” Oxalá que o façam também com fé e se traduza em realidade; -----
- 2.º, O Partido Socialista, que apoia o Governo, não se cansa de elogiar este documento, o que é natural e óbvio. Oxalá, também, que tenham razão e motivos para manterem esta animosidade, hoje e sempre; -----
- 3.º, Do outro lado, porém, encontram-se os outros partidos que, cada um à sua maneira, vão destapando o véu e descobrem que nem tudo é tão belo quanto o pintam. Também acho natural que o façam, se por acaso houver motivos para isso. Espero e desejo que não critiquem só por criticar, que não tenham razão para isso, e que o tempo lhes prove o contrário. -----
- Sinceramente, gostava que assim fosse. Mas temo que o meu otimismo, a minha boa fé e a minha esperança, se esbatam com a realidade. -----
- E temo, fundamentalmente porque: -----
- 1.º Já é visível e notório que a carga fiscal não vai baixar. Nem para as pessoas, nem para as empresas. Numa coisa, Mário Centeno é claro. Quando os jornalistas lhe perguntaram quem paga o excedente orçamental, ele afirmou com convicção e clareza: “Os contribuintes”; -----
- Temo, porque, com os mesmos protagonistas, no passado, orçamentava-se um valor, para de seguida cativar outro; -----
- Temo, porque anunciam-se algumas medidas que, por si, até parecem positivas, mas que, de seguida, surgem as penalizações por via indireta. Quem não se lembra do discurso do 1.º Ministro no mandato anterior, acerca da redução do IRS? “Não houve debate em que António Costa não falasse da redução do IRS”. Para ele, desde que as pessoas vejam mais dinheiro no recibo do ordenado, está tudo bem – mesmo que depois esse dinheiro seja levado por outros impostos. O que interessa, é a ilusão. Dar às pessoas a ilusão de que têm mais dinheiro para gastar... O resto, não interessa; -----
- Temo, também, que surja uma nova “geringonça”, possivelmente com outro estilo, porque é visível e notória a mudança de discurso. Viu-se logo no dia seguinte às eleições, com a propaganda dos partidos de

esquerda, com ameaças e chantagem. Até àquele dia, tudo parecia estar bem. No dia seguinte, tudo passou a estar mal. É curioso. Mas não é surpreendente. “Não tinham casado por amor”; -----

- Temo, que a contestação social, aparentemente adormecida, acorde, com os sindicatos na rua, de forma a querer recuperar, de uma só vez, não só o que perderam no tempo de Sócrates e da Troica, mas também o que não puderam reivindicar no anterior Governo, por falta de apoio político. A esquerda estava amarrada ao compromisso com António Costa, não podia alterar a estratégia montada para a manutenção do Governo nos 4 anos de mandato. -----

- Temo, porque não vi Catarina Martins e Jerónimo de Sousa, durante a campanha, falarem, nem uma única vez, nas empresas. Uma só. As empresas, para eles, não existem. E quando existem, é para lhes malharem em cima – atacando os “patrões exploradores”. Para eles, só existe o Estado, os serviços do Estado, as empresas do Estado e os bancos do Estado. A economia privada não existe. -----

- Apesar de tudo, não devemos ser pessimistas. Naquela minha intervenção, também disse que, “a esperança, é a última a morrer”. Eu quero ter esperança e, dentro do possível, transmiti-la. -----

- E cimento a minha esperança, desejando que: -----

1.º - Aumente a qualidade dos serviços prestados, em especial: (saúde, ensino, justiça e segurança); -----

2.º - Capitalização das empresas; -----

3.º - Subida das exportações; -----

4.º - Redução das importações; -----

5.º - Redução da emigração qualificada. (Em 2019, emigraram mais de 80.000 Portugueses); -----

6.º - Reduza a carga fiscal, especialmente nos combustíveis e na energia, tão importante para quem vive no interior. Os carros para o transporte das pessoas e bens, e a energia para as empresas e outros fins; -----

ESPERANÇA AINDA QUE: -----

- Portugal continue a crescer não só acima da média da U.E., mas acima daqueles 16 países que cresceram mais do que Portugal; -----

- Que a taxa de juros se mantenha baixa, se possível à taxa 0; -----

- Que a conjuntura internacional continue favorável. -----

E, por último, mas não menos importante, -----

- Que Trancoso cresça, que se afirme e se destaque, pela positiva, no Distrito, na Região e no País. -----

- Que as linhas orientadoras deste Plano e Orçamento que hoje discutiremos e aprovaremos, vá ao encontro das necessidades e anseios dos Trancosenses e sirva de incentivo e apoio às empresas e à economia, para que as pessoas se sintam aqui confortavelmente realizadas, reduzindo a necessidade de emigrar ou migrar, com as medidas presentes e futuras positivamente estimulantes para a população presente e futura. No meu entender, deve ser este o legado que devemos deixar para os nossos vindouros, sem populismos e ou demagogia. -----

- Terminando desejando Boas Festas de Natal e Próspero Ano Novo de 2020. Obrigados.” Acrescentou, ainda, algumas palavras, sobre a intervenção do membro da assembleia, João Paulo Matias, referindo que foi um serviço encomendado, de quem anda à caça das bruxas, mencionando que só deveria criticar e comentar

quem não têm telhados de vidro. No que diz respeito ao Reboleiro se entendem que foi engendrado nos anos 2009 e 2013, enganam-se, porque, desde janeiro de 2002 até hoje, tem havido uma luta constante no sentido de fazer com que seja algo de importância, não só para o Reboleiro, mas também para o concelho. Por entender ser uma necessidade e uma mais valia, agradece que o Executivo diligencie a aprovação do PDM a fim de ser possível ativar o polo industrial da Ribeirinha. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Leonel Alves, a propósito da intervenção do deputado, João Paulo Matias, afirmando que as notícias saíram em todos os jornais regionais, distritais e nacionais, pelo que, não falar delas seria uma hipocrisia total. Entende o mesmo membro da assembleia que deve haver coragem para falar das coisas com naturalidade, realidade e seriedade, reiterando, ainda, a presunção de inocência relativamente às pessoas lesadas. Reportando-se à intervenção do deputado José do Nascimento, disse que, como Trancosense, se sentia envergonhado com o que as pessoas dizem e pensam, acrescentando que, maior vergonha era a Câmara andar a pagar dívidas que surgiram de chofre, relativamente a obras não concursadas. -----

--- O Presidente do Município, em resposta às intervenções feitas, saudou os membros da assembleia, funcionários públicos e todas as pessoas que estavam a seguir os trabalhos da assembleia “on-line”. Reiterou as Boas Festas a todos os presentes e o desejo de um feliz ano de dois mil e vinte, repleto do que mais desejassem. Relativamente aos temas referidos pelo deputado João Paulo Matias, e concretamente a propósito do trágico acontecimento ocorrido na Tenda de Natal, informou que o Município tinha suspenso, imediatamente as atividades, prestara o auxílio psicológico possível aos colegas, haviam visitado e auscultado a família, apresentando condolências e fazendo-se representar nas cerimónias fúnebres. Que, após um período de dez dias de luto, decidiram retomar as atividades, com uma homenagem ao jovem falecido Vítor Moreira. Parabenizou a Escola Profissional de Trancoso pela realização do jantar comemorativo dos 30 anos, pela forma como o mesmo havia decorrido, homenageando o Sr. Padre José Cabral e a falecida Dra. Emília Tracana. Relativamente a algumas questões levantadas, proferiu a expressão: à política o que é da política e à justiça o que é da justiça. Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Morgado e à realização de coisas boas e outras menos boas, afirmou ter a esperança de que, em dois mil e vinte, possam concretizar-se muito mais coisas boas, reconhecendo que dois mil e dezanove foi um bom ano para Trancoso na área do Turismo, referindo, a propósito, o aumento significativo de visitas ao Castelo, ao Centro Isaac Cardoso e à Casa do Bandarra. Em resposta às questões, sobre política, colocadas pelo deputado José Nascimento, concordou que, por vezes, o silêncio é a resposta mais sábia que se pode dar. Quanto ao assunto levantado pelo presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, informou que haviam recebido uma comunicação da DGAL da qual resultava que a transferência de competências pressupunha um acordo das partes. A inexistência desse acordo inviabiliza a transferência de competências para as freguesias. -----

--- Usou da palavra o presidente da União de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, referindo compreender o mencionando pelo Sr. Presidente, no entanto disse existirem pontos de vista diferentes, porquanto uma coisa é reportar à DGAL que não existe nenhuma proposta de acordo para a

transferência de competências, outra coisa é omitir que a junta de freguesia de Vila Franca das Naves, havia enviado dois ofícios à Câmara com uma proposta de acordo de transferência de competências, sem ter obtido resposta. Referiu que a Câmara mentiu à DGAL quando referiu não haver proposta de acordo. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, informou que a Câmara disse a verdade, porque não existiu acordo entre as partes, relativamente a qualquer transferência para as juntas de freguesia. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, João Paulo Matias, mencionado que subscreve integralmente o proferido pelo Sr. Eduardo Pinto, na última assembleia, onde refere o Dec. Lei n.º 57/2019 de 30 de abril, que pressupõe a existência de um acordo, que por sua vez pressupõe a existência de um processo negocial, o processo negocial exige uma proposta, que foi efetuada pela união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, e uma contraproposta por parte do Município, a qual não existiu, logo não houve um processo negocial, segundo o art.º 5, n.º 1. mencionando ainda que o art.º 5, n.º 6 refere que na falta de acordo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, devem iniciar novo procedimento negocial, questionando qual a contraproposta que o Sr. Presidente da Junta ouviu por parte da Câmara Municipal para dizer que houve processo negocial. -----

--- Usou da palavra o presidente da união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, mencionando o que lhe referiu a DGAL, “ n.º 6 prevê que na falta de acordo entre a câmara municipal e a junta de freguesia ou no caso de deliberação negativa de qualquer uma das assembleias, a câmara municipal e a junta de freguesia devem reiniciar novo procedimento, e o n.º 4, refere também que a junta de freguesia no caso de não haver acordo nem resposta, pode em assembleia de freguesia aprovar uma proposta de transferência de competências que envie à Câmara Municipal, que a Câmara Municipal deve deliberar em reunião de Câmara e enviar à Assembleia Municipal para deliberar e votar “, achando que a Câmara neste caso até por cima da Assembleia passou, porque a junta de freguesia de Vila Franca das Naves, aprovou em assembleia de freguesia, mandou para a Câmara para apreciação em reunião e a Câmara remeter à Assembleia Municipal, tendo ignorado. Solicita ainda o ofício enviado pela Câmara Municipal à DGAL. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar à ordem do dia, abrindo o **ponto um**. Aproveita para informar o Sr. Presidente da Câmara, de alguns pedidos que lhe foram transmitidos, nomeadamente por munícipes de alguma idade, solicitando a necessidade de colocação de corrimão central, quer nas escadas do Mercado Municipal, quer nas escadas da Central de Camionagem. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município informou, que irá ser tido em consideração o pedido solicitado pelo Sr. Presidente de Mesa da Assembleia Municipal. Passando ao ponto um informa que foram 3 meses com alguma precipitação e um Outono bastante chuvoso, impedindo que muitas das obras pudessem avançar, sendo que a maior preocupação por parte da Câmara Municipal, será mesmo o inverno que se avizinha, apelando aos Presidentes de Junta que juntamente com a Câmara Municipal e a Proteção Civil, sinalizem as situações mais críticas, por forma a evitar alguns acidentes. Quanto aos últimos meses a atividade da Câmara foi significativa, onde nem tudo correu bem, reconhecendo que as travessias na estrada nacional 226 e a limpeza das ruas, onde se amontoou folhas e lama, dando mau aspeto na limpeza da cidade. Menciona ainda a reparação de estradas, a manutenção de jardins, a recolha seletiva de papel,

plástico e metal, a iluminação de Natal, a participação e a preparação da Feira da Castanha, o Vou-me à Feira de Trancoso, trabalhos elaborados pelos funcionários do Município, lembra que continuam em execução as Áreas de Acolhimento Empresarial e foi já adjudicada a requalificação do Posto de Turismo de Trancoso. O Centro de Inovação Social, está concluído faltando apenas o mobiliário, a Igreja de Santa Marinha em Moreira de Rei e o largo envolvente continuam em obras, a estrada nacional 226, Trancoso – Lactovil, que devido as condições climáticas os trabalhos encontram-se suspensos, o Quiosque da Avenida já se encontra em funcionamento e continuam a decorrer ainda alguns procedimentos concursais, tendo já sido adjudicado o Ramal da Torres, o Ramal de Guilherme que está em fase de elaboração e falta só assinar o contrato, bem como a rede de água e telecomunicações à nova área de Acolhimento Empresarial que avançará em breve. Manifesta ainda alguns eventos de grande importância para Trancoso, como o Vou-me à Feira, o Seminário de Jovens Agricultores de Portugal, a Feira da Castanha, a Feira de Santa Luzia, o programa Magia de Natal e a vinda do Embaixador da Áustria a Trancoso. Refere boas notícias, com o reconhecimento da Lacticôa e Lactovil como tendo os melhores queijos, os vinhos de Vila Franca das Naves também foram premiados, e a maior necrópole da Península Ibérica em Moreira de Rei. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, referindo que deve haver respeito por todos os concidadãos independentemente das ideologias políticas, sendo todos dependentes uns dos outros, onde nesta quadra festiva a hipocrisia reina. Menciona que em julho de 2019, foi publicado um estudo, pela Comissão Independente da Assembleia da República, sobre descentralização, sendo curioso que uma região das vinte e três analisadas, não está em convergência, que curiosamente é a nossa Beira Interior e Serra da Estrela, em que quase todos os itens analisados tiveram um decréscimo de lugares, com tendência a piorar, questionando se sozinhos conseguem fazer alguma coisa pelo concelho de Trancoso, sendo uma questão estrutural. Interroga o Executivo do resultado da reunião do dia 11 de dezembro, com o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal, tendo em conta que os indicadores não abonam nada a nosso favor, lembrando que em 2013 foi referido que passados 10 anos seríamos referência em vários setores, facto é que todas as outras CIM nos estão a passar à frente de uma forma estonteante, questionando o que tem sido feito para reverter esta situação, porque existe um problema de despovoamento. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, respondendo ao deputado Tomás Martins, que quando falou em hipocrisia, queria dizer que era não se debater uma questão, não tendo nada a ver com festas e amizades. Parabeniza o Sr. Presidente, por às vezes parecer ter o dom da ubiquidade, estar em tanto lado, fazer muita coisa e conseguir manter sempre a boa disposição, apesar das más notícias que por vezes recebe de um lado e de outro. Alerta o Executivo e o presidente da união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, que na Rua da Ponte em Vila Franca das Naves, existe um buraco enorme, apesar de já ter sido reparado várias vezes, continua em estado deplorável, podendo causar um grave acidente naquele local, o mesmo acontece junto à ponte um pouco mais acima, onde existem falhas de alcatrão. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Tomás Martins, mencionando que percebeu o que quis dizer o deputado Leonel Alves, aproveitou para lembrar o estado deplorável em que se encontra a Rua da Teja em Trancoso. -----

--- No uso da palavra o , Presidente da Mesa, referiu o 29º artigo do Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso, onde menciona o modo de usar da palavra, que deverá ser a seguinte formula: “ No uso da palavra, os oradores dirigem-se ao Presidente, à Assembleia Municipal e aos representantes da Câmara Municipal “, recordando que é este o modelo utilizado, podendo ser ou não adotado por cada orador. -----

--- Interveio o presidente de junta de Moreira de Rei, Américo Mendes, mencionando as obras de requalificação da Igreja de Santa Marinha e largo envolvente, aludindo o impacto positivo que as obras tem causado na comunicação social ao longo do ano 2019, mencionando o programa “Regiões”, um excerto no programa “Turismo Militar”, ambos em agosto, e no dia 10 de dezembro a Agência Lusa, que pode vislumbrar as obras e o potencial que Moreira de Rei tem em termos turísticos, onde o principal objetivo será reafirmar Moreira como um polo turístico atrativo com bastante potencial histórico e cultural do concelho de Trancoso, destacando os três monumentos nacionais qualificados, as ruínas do castelo, a igreja de Santa Marinha e o pelourinho e não esquecendo a maior necrópole da Península Ibérica, com 550 sepulturas escavadas na rocha, apelando ao Executivo para que continue a apostar em Moreira de Rei porque efetivamente é um polo turístico que Trancoso poderá aproveitar. Agradece a forma elogiosa do deputado João Paulo Matias, sobre o site da junta de freguesia de Moreira de Rei, sendo um motivo de orgulho, salientando que tem um design moderno, onde é fácil navegar e está adaptado a qualquer dispositivo, para além disso permite comunicar com os residentes estando sempre disponíveis, tendo este site foi criado com quatro objetivos, 1º - criar uma maior proximidade e interatividade entre a junta de freguesia e os fregueses, 2º - os naturais de Moreira de Rei a residir fora deste local estejam mais próximos das suas terras e gentes, 3º - seja uma ferramenta que garanta a transparência da instituição pública que representa e 4º - divulgar o riquíssimo património que existe na freguesia. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Cristóvão Santos, parabenizando o Executivo por ter reativado o Programa Municipal de Apoio ao Investimento, apoiando uma empresa de Trancoso, no investimento que efetuou com a quantia de 7500,00€, tendo ficado surpreso porque não sabia que esse programa estivesse em vigor, mas menciona que ficou satisfeito, pois é uma mensagem que o Município está a transmitir a todos os empresários, no sentido de poderem concorrer a esse incentivo, no entanto lamenta que o regulamento não esteja disponível no site do Município. Espera que no orçamento para 2020 estava cabimentado este apoio, com a devida discriminação para o programa. Questiona o objetivo da Feira da Castanha, se tem apenas uma atividade lúdica e recreativa ou se também tem o objetivo de promoção e divulgação da castanha e castanheiro, argumentando se é este último, qual o objetivo e se foi atingido, questionando quantos hectares de castanheiros estão projetados, quantas árvores estão a ser colocadas, qual o objetivo do Município para o próximo ano, se é aumentar a área ou recuperar a existente. Felicita o presidente de junta de Moreira de Rei, por toda a atividade desenvolvida, no entanto sente-se um pouco enciumado, por nestes últimos três meses não constar da atividade municipal do Sr. Presidente, uma visita às sepulturas antropomórficas dos Vilares, solicitando ajuda ao deputado Américo Mendes, uma estratégia para que nos próximos três meses, as sepulturas antropomórficas dos Vilares sejam também elas objeto de atenção por parte do Executivo. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, Daniel Joana, agradecendo a forma elogiosa, que alguns membros da assembleia, manifestaram à Escola Profissional de Trancoso pelo jantar comemorativo dos 30 anos, e em nome da direção da EPT reforça o agradecimento a todas as pessoas presentes, tendo sido um evento bastante importante e de grande valorização para que a Escola continue a ser uma realidade. Relativamente à atividade municipal do Sr. Presidente, destaca o evento “Vou-me à Feira de Trancoso”, que é um evento que apesar de ser muito jovem tem pernas para andar, tendo havido uma grande adesão dos residentes para integrar as atividades culturais desenvolvidas, mas também porque é uma atividade que vem reforçar o aspeto cultural das feiras de Trancoso, um património imaterial que tem de ser reforçado e interiorizado por todas as instituições e pessoas do nosso concelho, sendo a feira uma das marcas mais importantes do nosso concelho, deve ser promovido e divulgado em todas as oportunidades. Relativamente à Feira da Castanha, considera ser um evento misto, sendo comercial e cultural, não sendo necessário defini-lo apenas numa categoria. Aproveita para deixar uma palavra de apoio a Moreira de Rei pelo destaque que a comunicação social lhe deu na divulgação do seu património, deixando um desafio ao Executivo, para que sempre que se promova o Centro Histórico e monumentos de Trancoso, fosse também promovido o Núcleo Histórico de Moreira de Rei, porque acrescenta valor ao património histórico e arquitetónico do nosso concelho. Na sequência da intervenção do deputado, Tomás Martins, refere que os números apresentados pela CIMBSE, são números preocupantes, mas de momento não há nenhuma solução fácil, sendo um dos passos a coesão e a força política, reforçando a consciência de comunidade, podendo trabalhar não por município, mas por um aglomerado de municípios, onde mais poderão fazer melhor. -----

--- Usou da palavra o presidente da união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, respondendo ao deputado Leonel Alves, que se a Câmara não transfere as competências, logo as competências da limpeza das ruas e jardins, são competência da Câmara e nunca das Juntas de Freguesia. Manifesta ao Executivo que comunga da opinião do deputado Leonel Alves, relativamente aos buracos, que não são apenas os referidos, mas muitos outros já há algum tempo. Relativamente à Feira da Castanha ressalva não ter nada contra a dois fins de semana do evento, no entanto deveriam considerar datas com os concelhos vizinhos, de modo a que não coincidissem. -----

--- Usou da palavra o membro da assembleia, José Nascimento, referindo a informação municipal do Sr. Presidente e reconhecendo que teve bastante trabalho, nas diversas intervenções que teve em pouco mais de dois meses e meio, refere a limpeza de ruas e espaços, nomeadamente no Reboleiro que é feita pela junta recorrendo a um POC, de modo a que as ruas continuem limpas, durante todo o ano. Agradece o transporte de materiais, areia e afins, no camião da Câmara para as várias juntas. Refere os projetos com procedimento concursal, nomeadamente a musealização e valorização turística do Castelo de Trancoso, questionando se as entidades que geram estes patrimónios impedem a limpeza de musgos. Menciona ainda o concurso dos resíduos sólidos urbanos, para que possa vir a ser prestado um bom serviço. Refere a participação do Sr. Presidente em reuniões de trabalho em Lisboa, das quais gostaria de saber o resultado, questionando o que se pode esperar para a educação e para a segurança social. Menciona o jantar comemorativo dos 30 anos da Escola Profissional de Trancoso, de reconhecimento público. Agradeceu a

reunião agendada com urgência para as juntas de freguesia de Reboleiro e Palhais. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, para complementar o afirmado pelo membro da assembleia, Daniel Joana, referente à CIM, pois considera ser uma questão fundamental, porque existe um sentimento de pertença a uma comunidade, que não existe, onde parece que a CIM é apenas Guarda, Belmonte, Covilhã e Fundão e tudo o que está a norte e no lado escondido da Serra da Estrela, parece não existir, reafirmando que juntos teremos de nos debruçar sobre questões importantes, sendo uma delas a densidade populacional, pois é cada vez mais preocupante e deveremos por o tónico nas ações coletivas, numa lógica de região, parceria e rede porque sozinhos podemos fazer o que quisermos em termo de orçamento, no entanto são migalhas para as necessidades dos orçamentos camarários. -----

--- Em resposta às questões, o Presidente do Município, começou por responder às questões levantadas pelo membro da assembleia, Tomás Martins, concordando com o apelo aos valores da solidariedade e amizade, do espírito de Natal que deverá estar sempre presente. Quanto às questões da CIM menciona serem tratados assuntos de menor importância, nas reuniões, faltando depois tempo para debaterem uma estratégia / plano de desenvolvimento regional, sendo um ponto a colocar na ordem de trabalhos da CIM. Tomou nota da informação do deputado, Leonel Alves, relativamente aos buracos em Vila Franca das Naves, bem como da rua da Teja. Felicita o presidente de junta de Moreira de Rei pelo site e informa que nesta altura do ano é complicado continuar os trabalhos devido as condições climáticas, havendo a promessa de serem retomados os trabalhos em março com um reforço adicional de arqueólogos, a fim de finalizarem os trabalhos, prometendo lançar em breve o concurso para o Centro Interpretativo de Moreira de Rei. Quanto às questões levantadas pelo deputado Cristóvão Santos, informa que o Programa de Apoio ao Investimento, continua a estar e sempre esteve no site do Município, sendo que a verba lá colocada é sempre pequena para as necessidades. Relativamente à Feira da Castanha, existem dois aspetos, o lúdico e cultural, mas também o aspeto comercial e sobretudo a promoção da castanha e do castanheiro, incentivando os produtores a aumentar a área de cultivo. Relativamente as questões colocadas pelo deputado, Daniel Joana, informa que poderá ser considerado a ligação do centro histórico de Trancoso a Moreira de Rei. Quanto às questões do presidente de junta de freguesia de Vila Franca das Naves e Feital, informa que a data para o próximo ano referente à Feira da Castanha, já se encontra definida, sendo apenas um fim de semana e comunicar que a Câmara Municipal esteve sempre representada nas diversas Feiras dos concelhos vizinhos. Quanto a questão colocada pelo deputado, José Nascimento, agradece os elogios à Câmara e reconhece as dificuldades das juntas de freguesia, com poucos recursos humanos e financeiros, quanto à questão do projeto de musealização e valorização do Castelo, informa que as obras serão apenas para realizar dentro do Castelo, projeto aprovado pelo Turismo de Portugal. Relativamente as questões das reuniões em Lisboa, estiveram com o Secretário de Estado da Educação João Costa, onde abordaram as questões profissionais e da Escola Profissional de Trancoso, e no Ministério da Segurança Social, trataram questões sobre o Centro de Inovação Social. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu tratar-se de uma pequena revisão orçamental com um aumento de trezentos euros. Informou que, esta alteração se devia a uma ação judicial da entidade Lopes e Irmão, Lda., obras de rede de abastecimento de águas no Sintrão e arruamentos da Póvoa do Concelho e Castaide. Informa que a ação em termos de pagamento apenas começará a ter efeito a partir de janeiro de 2020, onde será efetuado o pagamento de 20.000,00€/mês durante 2 anos, tendo um valor total de 402.300,00€. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Matias, informando que esta ação foi contestada por si, e que a crispação financeira está refletida nesta ação, porque fruto desta transação, foi possível uma poupança de cerca de 30.000,00€. Informou que o Município terá de começar a pagar obras de 2008, 2009 e 2010, que em 2020 irá representar um esforço financeiro para a Câmara Municipal no valor de 690.000,00€, resultante de ações contestadas pelo município e de obras não concursadas, lançadas e executadas em anos transatos. Refere que todos cometem erros, no entanto uma coisa é cometer erros por desconhecimento da legislação e outra coisa é violar a lei de forma grosseira, manifesta, premeditada e com intenções políticas, facto disso foi a queixa anónima feita em 2015 ao então ex-chefe de gabinete do Sr. Presidente, Prof. Luís Salvador, que foi lecionar de forma gratuita umas aulas de geografia à Escola Profissional de Trancoso, compensando o tempo das aulas lecionadas na Câmara Municipal, saindo mais tarde que o horário laboral, fazendo um trabalho extraordinário, queixa também extensível ao Sr. Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, por terem permitido que fosse dar umas aulas de Geografia a título gratuito à Escola Profissional, aludindo que estes são os erros praticados por este Executivo, estando aqui para os defender, com os outros não se importa a crispação, conhecendo apenas uma forma de dizer a verdade, sendo olhos os olhos e com franqueza. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José do Nascimento, mencionado que o deputado, Paulo Matias, fez todo este discurso olhando para a Sua pessoa, como sendo de facto quem incrimina, esperando que não seja e nem o permite. -----

--- Não havendo intervenções e colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três**. -----

--- O Presidente do município informou que, não há nada de novo no mapa de pessoal para 2020. Disse que não se previa a abertura de qualquer concurso mantendo o quadro de pessoal que se tem presentemente. Neste momento a Câmara Municipal em trabalho efetivo tem 198 funcionários, embora o mapa contemple 231 previstos, onde cerca de 33 lugares se encontram vagos por diversas razões. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto quatro**. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, referiu que a proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2020, assenta na consolidação das contas do Município, procurando sempre controlar o endividamento, apostar no reequilíbrio financeiro e respeitar os compromissos assumidos. Salientou que é um orçamento possível, com rigor, prudência e equilibrado, estando sempre condicionados, com os encargos das ações judiciais e empréstimos bancários, mas mantendo a aposta

naquilo que é essencial para Trancoso, como a indústria, a agricultura, a agropecuária, as obras de saneamento, as águas, a proteção do meio ambiente, a cultura, o turismo, o património, a ação social, o desporto e o associativismo. É um orçamento que contempla algumas preocupações sociais, mas acima de tudo o intuito é trabalhar muito com as juntas de freguesia, as associações e empresários, encarando o ano de 2020 com otimismo, sendo um ano de concretização de alguns investimentos, como a Área de Acolhimento Empresarial, um projeto fundamental e importante para Trancoso. Refere que o valor deste orçamento é de quinze milhões, oitocentos e noventa e sete mil e quinhentos e quinze euros, e que, em termos de receita corrente é de, onze milhões, novecentos e sessenta e sete mil e quinhentos e vinte e oito euros e como despesas correntes nove milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta e três euros, significando que a receita corrente, supera em dois milhões, quatrocentos e catorze mil a despesa corrente, permitindo alocar esta verba à despesa de capital. -----

--- Usou da palavra o presidente da união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, António Pina, referindo ser um orçamento semelhante aos anos anteriores, lamentando que apenas se fale das zonas empresariais de Trancoso, e não se fale naqueles empresários que já se encontram cá e que também precisam de ajuda, que falem apenas do património de Trancoso e Moreira de Rei, quando há mais património no concelho que deveria ser aproveitado e explorado. Menciona que se irá abster nesta votação, porque as verbas estipuladas para a sua freguesia, são muito aquém daquilo que será necessário. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Nuno Rodrigues, mencionando que o montante total do orçamento para 2020 ascende aos 15.897.515,00€, com um total de receitas correntes de 11.967.529,00€ e um total de despesas correntes no valor de 9.553.253,00€, ou seja, um superavit de 2.414.276,00€, que pode ser alocado ao investimento em despesas de capital, que poderão ser criticadas por toda a gente, no entanto quem está a governar é que deve decidir com os meios financeiros que dispõe como vai gerir essas opções, cabendo aos deputados aprovar essas escolhas. Salienta que este executivo tem pautado por uma atuação de exigência, transparência e rigor e tem contribuído decisivamente para a melhoria do ambiente financeiro do município reduzindo acentuadamente o endividamento e contribuindo para a melhoria dos Trancosenses. Não adianta ter orçamentos com valores elevados e depois não ser possível concretiza-los, tendo este Executivo apresentado taxas de execução na ordem dos 80% a 90%, enquanto que em anteriores mandatos a taxa de execução se situava na ordem dos 50% ou menos, propondo que se vote favoravelmente este orçamento. -----

--- Interveio o presidente de junta de Freguesia de Moreira de Rei, Américo Mendes, referindo que Moreira de Rei tem estado em destaque nos diversos meios de comunicação social, estando hoje também aqui em destaque, o que é um grande motivo de orgulho, regista com agrado as obras previstas para Moreira de Rei e relembra que algumas delas são infraestruturas básicas, como rede de águas e saneamento em Golfar, mas recorda que ainda faltam mais 4 localidades. Agracia a conclusão dos arruamentos nos Esporões, faltando mais algumas localidades. Informa que a junta de freguesia em conjunto com o município se encontra disponível para encontrarem as melhores soluções para que as obras referenciadas no orçamento sejam uma realidade em 2020. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, referiu ao presidente da união de Freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, que 2020 vai ser um grande ano para Vila Franca das Naves, reconhecendo que a zona industrial de Vila Franca das Naves e a antiga de Trancoso sejam requalificadas, sinalizadas e apoiadas.---

--- Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com nove abstenções e vinte e seis votos a favor. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Jorge Morgado, apresentando a seguinte declaração de voto: “ Ninguém tem dúvidas sobre as dificuldades que enfrenta o nosso concelho para fixar e atrair pessoas, reduzindo assim o envelhecimento e a desertificação que se tem verificado ao longo dos anos.-----

Parece também não haver dúvidas de que, só fazendo prosperar a economia se conseguirá manter e atrair pessoas para Trancoso. -----

A proposta de Orçamento e das Grandes Opções do Plano apresenta as apostas do Executivo Municipal para 2020, e, ao analisá-las individualmente, verifica-se que poderão dar o seu contributo para algum desenvolvimento económico. -----

Nada há de errado na manutenção de algum equilíbrio nas contas, na existência de uma Área de Acolhimento Empresarial com lotes para investidores, numa incubadora de empresas, no apoio à cultura do castanheiro, na promoção das feiras e eventos. -----

Também poderão ter aspectos positivos a valorização do Castelo de Trancoso, a requalificação do Palácio Ducal e a conclusão das obras em Moreira de Rei. -----

Estas propostas semelhantes às apresentadas em orçamentos anteriores, não permitem, no entanto, antever uma mudança significativa na situação do Concelho. -----

São um conjunto de medidas desgarradas, todas com boas intenções, mas não fundadas numa estratégia claramente definida, baseada num estudo cuidado das fraquezas e potencialidades de Trancoso. -----

Será que foi feita uma previsão dos resultados a alcançar com cada uma das propostas em termos do número e tipo de investidores a atrair, do número de empregos a criar, do aumento para o turismo, da reabilitação da zona histórica e da fixação de pessoas nesta zona? -----

Se o não foi, e, se não forem quantificados e avaliados os resultados corre-se o risco de se continuar a navegar á vista, sem a certeza que as verbas disponíveis do orçamento estão a ser aplicadas da melhor forma. -----

Pelas razões invocadas o Partido Social Democrata decidiu abster-se na votação do Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2020.” -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Nuno Rodrigues, apresentando a Declaração de Voto do Grupo Municipal do Partido Socialista relativo à proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2020.-----

“Os documentos relativos à proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2020, para além de se apresentarem adequados à legislação em vigor, representam uma visão política da atual maioria Socialista na Câmara Municipal. Neste Orçamento, como é seu timbre, a Câmara

Municipal apresenta uma continuidade evidente, quer ao nível do equilíbrio, quer ao nível da sustentabilidade futura, que se virá a traduzir no grau de execução do mesmo durante o ano de 2020. -----

Para além de destacarmos a trajetória descendente do endividamento bancário, como nos anos anteriores, constatamos também uma verba significativa para o pagamento de dívidas provenientes das várias ações judiciais (nas quais houve agora acordo judicial) de obras que vêm desde o ano de 2008 a 2013, no valor anual de cerca de 690 mil euros, que, embora remetam mais uma vez para o passado, recorrentemente lembrado por nós, é certo que elas estão bem presentes no ano de 2020 e estarão nos seguintes também. Por outro lado, vemos uma série de obras de grande significado e importância inscrita neste orçamento, como por exemplo o lançamento do concurso público para a requalificação do antigo edifício da GNR, ou as ampliações elétricas destinadas às novas explorações agrícolas e agropecuárias, ou ainda dando continuidade ao projeto de reforço da cultura do castanheiro. Também se destacam os vários investimentos na promoção do património cultural do concelho com vista ao aumento de visitantes e turistas, com o consequente aumento de volume de vendas dos agentes económicos locais. Para terminar, o montante total do orçamento para 2020 ascende aos 15.897.515€, com um total de receitas correntes de 11.967.529€ e um total de despesas correntes no valor de 9.553.253€, ou seja, um superavit de 2.414.276€, que pode ser alocado ao investimento em despesas de capital. -----

Em resumo, o Orçamento para 2020 e as Grandes Opções do Plano, apresentam, como tem acontecido nos anos anteriores, uma estratégia de rigor, coerência e disciplina, que leva a um crescimento sustentado para os Trancosenses de hoje, e de amanhã. Por todas estas razões, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos de proposta de Orçamento da Receita e Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2020.” -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem do dia. -----

--- Usou da palavra o Presidente do Município, referindo que a nova Zona Industrial de Trancoso é uma obra há muito esperada e de grande importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, estando bem localizada, com excelentes acessibilidades, lotes bem dimensionados, com condições de segurança rodoviárias e circulação automóvel, sendo uma ferramenta fundamental para atrair mais empresas e indústrias para o concelho. A Câmara deliberou aprovar esta proposta de Regulamento, tendo-a submetido a consulta pública, fixando 30 dias para apresentação de sugestões, onde foram recebidas algumas opiniões. Informou, ainda, que a Câmara será muito exigente no cumprimento deste Regulamento, que será lançado após aprovação em Assembleia Municipal, prevendo-se que seja no início de janeiro de 2020. -----

--- Inteveio o membro da assembleia, Tomás Martins, mencionando que existem algumas situações que levantam dúvidas, nomeadamente, a localização de Trancoso, situando-se a uma média de 200Km de distância de algumas grandes cidades, sendo uma grande oportunidade. No entanto, não entende a tipologia de abertura, achando que o Regulamento devia ser um documento enquadrador das atividades estratégicas para o desenvolvimento do concelho, devendo estar devidamente definidas. Na consulta do Regulamento, é perceptível que existe um parque de acolhimento empresarial, que tem um cronograma com os tramites

para adjudicação de lotes, mas não se deveria abrir o aviso de abertura, sem ser cingido a atribuição de lotes. Outra questão que deveria constar no anexo ao Regulamento é o que deve instruir a candidatura, como a identificação dos interessados; a atividade desenvolvida pela empresa; o volume de negócios; se é existente ou é nova; o número de postos de trabalho; o montante do investimento a realizar; um plano pormenorizado no que diz respeito aos prazos a cumprir de construção e os fatores de inovação de empresa. Devendo os critérios ser claros. -----

--- Interveio, de seguida, o membro da assembleia, Nuno Rodrigues, referindo que o Regulamento deve ser feito por avisos, embora esses avisos se possam suceder uns aos outros sem haver interrupção, a fim de poderem ser balizados no tempo e poderem sofrer as devidas retificações, porque o primeiro aviso pode indicar umas determinadas atividades e se houver muitas candidaturas para a mesma atividade, poder-se-á, no aviso seguinte, não incluir essa atividade, pois o que existe na atual Zona Industrial de Trancoso, não é uma zona industrial, mas uma zona de oficinas, sendo que este erro não se volte a repetir na Nova Zona de Acolhimento Empresarial. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, mencionando que compreende as dúvidas do deputado Tomás Martins, mas subscreve integralmente o referido pelo deputado Nuno Rodrigues, sendo que o Regulamento é uma norma geral que será densificado através de avisos. Imagine-se que no Regulamento ficava fixado o preço de 2€/m² por lote e depois o Município mudava de ideia e decidia que o preço deveria ser superior. Então, teriam de trazer um novo Regulamento à Assembleia Municipal para aprovação, permitindo os avisos essa flexibilidade, que poderão abranger também os critérios de pontuação e sanções. Mencionou, ainda, que no Regulamento não está escrito em lado nenhum, que os lotes serão todos postos à venda de uma só vez, sendo opção do Município, de modo a consultar o mercado, e poder corrigir alguns aspetos que não corram bem no primeiro aviso. Em nome do grupo municipal do PS, propôs à mesa algumas alterações ao Regulamento e que essas alterações fossem sujeitas a votação. Analisado o Regulamento, detetaram-se alguns lapsos, como no art.º 3 “A criação da AAE tem como finalidade promover a economia do Município de Trancoso e a criação líquida de postos de trabalho”, sendo que o Município é uma entidade jurídica, não fazendo sentido afirmar-se como finalidade da economia, que deverá ser o concelho e não o Município. A segunda correção é no art.º 7, n.º 2 “O Aviso de Abertura do procedimento pode determinar outras condições de elegibilidade das candidaturas aos lotes de acolhimento empresarial, sem prejuízo das condições gerais de acesso previstos no número anterior”, não sendo no número anterior, mas sim no artigo anterior. A terceira correção é o art.º 22, n.º 3 “O adquirente constitui-se na obrigação de pagar ao Município de Trancoso uma cláusula penal pelo incumprimento dos objetivos assinalados na candidatura, com interferência direta na lista das candidaturas” e n.º 4 “A cláusula penal referida ao número anterior é definida em Aviso de Abertura”, sendo que a cláusula penal é a convenção pela estipulação que prevê uma indemnização, no caso do adquirente incumprir com os objetivos assinalados, não sendo correto dizer cláusula penal, mas sim indemnização a título de cláusula penal, sendo correções que não mudam o sentido daquilo que foi decidido em reunião de Câmara Municipal, pelo que solicita ao Presidente de Assembleia que faça uma análise jurídica daquilo que é proposto, parecendo-lhe

que não vai contra o regimento, podendo ser objeto de votação estas alterações, no sentido de ficarem as correções feitas na votação final do texto do Regulamento. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, respondendo ao deputado João Paulo Matias, que vai votar favoravelmente o Regulamento, tendo apenas algumas preocupações, salvaguardar situações que ocorreram na antiga Zona Industrial que depois são difíceis de resolução, a qual não gostava que se repetisse na nova Área de Acolhimento Empresarial. -----

--- No uso da palavra, o membro da assembleia, Cristóvão Santos, informou que levantou algumas questões dentro do período em que o documento esteve em discussão pública, onde considerou importante acautelar as seguintes situações: 1º - Relativamente ao incumprimento dos critérios de apreciação na graduação das candidaturas, referindo que está estipulado no Regulamento que se não forem cumpridas haverá sanções, pelo que propunha nos 3 critérios (montante de investimento a realizar, a criação líquida de postos de trabalho e a atividade económica a instalar), poder haver lugar à reversão, não tendo sido entendido dessa maneira, mas que considera que deveria ser acautelado de forma a que não haja situações em que o lote esteja ocupado, cumpra durante 10 anos com uma atividade económica em funcionamento, tenha um posto de trabalho que nem sequer lá está e em vez de se criar riqueza económica, cria-se especulação; 2º Critérios de graduação das candidaturas em que o montante de investimento a realizar e a criação líquida de postos de trabalho é facilmente perceptível, quando se fala da atividade económica a instalar, o Regulamento não especifica as atividades, o que seria importante esta Assembleia saber, quais as atividades económicas que o Município pretende contemplar, de modo a que atraia novos investidores. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Nuno Rodrigues, concordando em grande parte com o deputado Cristóvão Santos, mas discordando da questão dos avisos, porque se estes forem bem estruturados podem, efetivamente, delinear as atividades a instalar e as diversas orientações. A toda a altura é possível fazer um novo aviso e informar que já existe um tipo de atividade económica em excesso e não pontuar tanto este tipo de atividade, a fim de os critérios terem uma reflexão, devendo ter muita ponderação sobre qual será a pontuação atribuída, pois não se pode pensar apenas no investimento em si, mas nos postos de trabalho que podem ser facilmente deslocalizados. Por outro lado, é necessário acautelar a questão do incumprimento do que é proposto pelos candidatos, porque se houver quatro candidatos a um lote e se existe um que se propõe a criar dez postos de trabalho, sobrepõe-se aos outros e depois na prática só cria dois, sendo penalizado financeiramente, que até pode ser benéfico, devendo ter outro tipo de atuação. ----

---- No uso da palavra, o membro da assembleia, Leonel Alves, mencionou que não conhece em pormenor o Regulamento, mas do que retirou do já mencionado pelo deputado João Paulo Matias, quando referiu indemnização a título de cláusula penal, sendo que esta cláusula penal só pode ser exigida ao adquirente, achando que as duas partes do contrato encaixem em cláusula penal, senão corre-se o risco de ter um contrato leonino. Relativamente aos trabalhadores, em vez de utilizarem a cláusula penal, deverá ficar bem explícito no aviso, senão funciona a reversão e fica o problema resolvido. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, reconhecendo compreender a dúvida colocada pelo deputado Cristóvão Santos, no entanto, em reunião de trabalho, foi decidido que terá de haver uma

graduação na sanção, imaginando que há um candidato que pretende investir um milhão de euros, mas depois só investe oitocentos ou mil euros, é demasiado gravoso, porque a redução implica a perda de todo o investimento, porque o incumprimento até pode ser só de cinco mil euros, e acaba por ficar sem todo o investimento, tendo sido proposto, ter de pagar uma cláusula penal da diferença entre o montante que se propôs investir e o montante investido, sendo mais razoável e menos gravoso. Relativamente à criação de postos de trabalho, se houver um empresário que se proponha criar dez postos e depois só cria oito, em vez de se aplicar a reversão, poder-se-á aplicar uma indemnização por cada posto de trabalho não criado, colocando-se a hipótese de uma percentagem de 2% sobre o valor da venda do lote por cada posto de trabalho não criado, sendo uma proposta mais equilibrada que a reversão. No que diz respeito à intervenção do deputado Leonel Alves, a verdade é que as cláusulas penais funcionam por dois lados, mas considerando a perspetiva em que todos pretendam defender o interesse do Município, estar-se a defender uma cláusula penal no caso de incumprimento da Câmara quando os seus deveres, apenas, se limitam à sinalética da zona industrial, à publicidade e pouco mais. -----

--- No uso da palavra, o membro da assembleia, Daniel Almeida, questionou os critérios de apreciação e graduação das propostas, onde não viu referido a preocupação com uma contratação pública verde, ou seja uma preocupação com o meio ambiente, por exemplo, a utilização de energia renovável, a percentagem de energia energética e o respeito pelo impacto das emissões de carbono. Adicionalmente o Município poderia considerar alocar alguns lotes para as *StartUp* ou jovens empreendedores. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, frisando que a sugestão apresentada pelo deputado Daniel Almeida, é bastante pertinente e que nunca foi pensada, mas que em sede de aviso será possível na densificação do critério do tipo de atividade e, fazer constar esse critério, até considerá-lo decisivo no desempate de candidaturas iguais, apresentado uma política de sustentabilidade ambiental mais eficaz que outra. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Cristóvão Santos, complementando o apresentado pelo deputado João Paulo Matias, que na ponderação da análise da reversão ou não, apenas refere reversão numa medida extrema, mas que deveria estar considerada, porque caso não aconteça, o Município poderá ficar com um problema jurídico, pelo facto da empresa não ter condições. -----

--- Interveio, novamente, o membro da assembleia, João Paulo Matias, mencionado ser pertinente a questão colocada pelo deputado Cristóvão Santos. No entanto, não existem soluções/ideias, sendo que existem muitas ações em tribunal intentadas por particulares contra Municípios a discutir valor de cláusulas penais. Tendo de se prever sanções e pensar bem na questão da fiscalização. -----

--- Usou da palavra o Presidente da Mesa, para informar sobre a questão colocada pela redação da proposta apresentada pela Câmara Municipal. Depois de pesquisada alguma jurisprudência, tendo um parecer da CCDD que diz: “A apresentação de uma proposta de alteração a um regulamento submetido à Assembleia Municipal para aprovação, não configura qualquer novo ponto da ordem do dia dessa sessão, pelo que a sua discussão e votação não se encontra afetada pela limitação do n.º 1 do art.º 50 do RGAL, o art.º 50 é aquele que diz que só podem ser discutidos pontos na Assembleia Municipal que tiverem na ordem de

trabalhos, ou que sejam votados por uma maioria qualificada para serem introduzidos”, havendo esse parecer que permite proceder a uma alteração, sobretudo uma alteração formal, tendo surgido o problema de não saber se coloca a votação a redação inicial e depois fazer a proposta do PS para se alterar ou se fazer uma única votação, pelo que gostaria que os Grupos Parlamentares se pronunciassem sobre aquela matéria. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, sugerindo que fosse colocada à votação a proposta, já com as alterações apresentadas pelo grupo municipal do PS, porque se se submeterem as duas propostas em separado, ao ser aprovado a 1ª proposta, já se consolida a votação, não sendo possível vir com uma nova alteração. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Figueiredo, referindo a questão da legitimidade para ser votada qualquer tipo de alteração, até porque já foi objeto de discussão em sede de assembleia de Câmara e também já existiu uma discussão pública, surgindo agora diversas opiniões e sugestões. Sugeriu a melhoria do Regulamento, para não incorrer em nenhum tipo de ilicitude, que seria a retirada deste ponto da votação, voltando a discussão pública o Regulamento para aperfeiçoar, seguindo algumas sugestões já apresentadas pelos vários grupos municipais, sendo de todo vantajoso retirar da votação e discutir-se novamente, aperfeiçoar-se e melhorar-se para que possa resultar uma versão final e consolidada com objetivos bem traçados. -----

--- No uso da palavra, o Presidente de Mesa informou que sendo uma proposta da Câmara Municipal, não pode deixar de ser votada e não pode ser retirada. Podendo votar a proposta e depois a alteração, ou votar a proposta alterada. -----

--- Interveio, novamente, o membro da assembleia, João Figueiredo, mencionando que independentemente da situação, poderão todos os membros votar contra, tendo a proposta de voltar novamente ao Executivo, e depois vir novamente à Assembleia, não sendo objetivo atrasar, isto que é essencial ao desenvolvimento do concelho, pretendendo, apenas, evitar erros que foram cometidos no passado optando por estratégias melhores para o futuro. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, informando que estão a falar de minudências, que, em vez de dizer número, deveria ser artigo, em vez de dizer cláusula penal, deveria ser indemnização a título de cláusula penal e em vez de dizer Município dizer concelho, questionando em que é que desvirtua o que foi decidido na Câmara Municipal, existindo um parecer a referir que isso, desde que não desconsidere, efetivamente, pode ser votado. Mencionando, ainda, que se a posição do Presidente da Assembleia Municipal for de dar razão à proposta do deputado João Rafael, em nome do grupo municipal do PSD, o grupo municipal do PS retira, desde já, a proposta de alteração e que seja posto a votação o Regulamento tal como se encontra. -----

--- Usou da palavra o Presidente do Município, informando que este assunto, foi tratado com muito cuidado por parte da Câmara Municipal, fruto de um trabalho conjunto, incluindo os senhores vereadores do PSD, que levantaram algumas questões, tendo apenas sido sugerido meras incorreções, pequenas alterações, por forma a que o texto ficasse correto em termos de redação. Todas as questões levantadas, foram

pertinentes e devidamente anotadas e que poderão ser perfeitamente enquadradas nos tipos de aviso, mais concretamente, no aviso de abertura que venha a ser colocado. A Câmara pretende que o texto esteja o mais correto possível, mesmo havendo pequeninas lacunas, que não alteram a proposta do Regulamento, é de todo conveniente votar favoravelmente este Regulamento. -----

--- No uso da palavra, o Presidente de Mesa referiu não haver qualquer dúvida e que a Assembleia Municipal tinha de proceder à votação da proposta, sendo que existe uma proposta que veio da Câmara Municipal, com uma determinada redação e o Grupo Municipal do PS avançou com uma alteração à proposta que ainda não foi aprovada. Questionou os presentes sobre o que seria mais correto: “Votar a proposta da Câmara Municipal ou votar em alternativa a proposta da Câmara Municipal com as alterações propostas pelo Grupo Municipal do PS?” -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Figueiredo, mencionando que não quer criar nenhum celeuma, tendo apenas uma sugestão com o sentido de melhorar, não um obstáculo, nem quer o Partido Social Democrata obstaculizar a aprovação, sendo indiferente ser votado todo junto ou separadamente com as retificações propostas, deixando à consideração da Mesa, para que tome a melhor posição e coloque a votação.-----

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, referindo que não são alterações, mas apenas pequenas correções, achando que o deputado João Figueiredo, não teve intenção de obstaculizar. Como havia referido, vai votar favoravelmente este Regulamento e se puder ficar corrigido, melhor. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Paulo Matias, salientando que o grupo municipal do Partido Socialista, retira a proposta de correção ao Regulamento e coloque-se a votação o texto tal e qual como ele veio da reunião de Câmara. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 4 abstenções e 34 votos a favor. Informou, ainda, que se iria passar ao **ponto seis** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que apesar das dificuldades financeiras do Município já referidas anteriormente, a Câmara compreende os esforços das juntas de freguesia, e ao longo dos anos tem apoiado as juntas de freguesia dentro das possibilidades. Informou que a Câmara pode dar às juntas de freguesia, entre os cento e cinquenta a duzentos mil euros por ano, tendo já todas as vinte e uma juntas de freguesia sido apoiadas com algum montante financeiro, neste ano 2019, trazendo seis propostas de apoio financeiro, no valor de seis mil euros para as juntas de freguesia de Granja, de Palhais, do Reboleiro, da Póvoa do Concelho, de Moreira de Rei e a União de Freguesias de Trancoso e Souto Maior e uma proposta de apoio financeiro, no valor de cinco mil euros para a União de Freguesias de Freches e Torres. -----

--- Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, agradecendo o apoio financeiro prestado à junta de freguesia do Reboleiro e que, uma vez mais, se aplica a discriminação positiva, em função das necessidades das freguesias, esperando que em nome da freguesia, tão depressa quanto possível, a Câmara Municipal de Trancoso possa compensar com o montante em falta, que existe no compromisso. ---

--- Interveio o membro da assembleia, Tomás Martins, congratulando o Executivo, por esta distribuição não partidária, sendo que o dinheiro para as freguesias é sempre bem recebido. Deseja a todos um Natal em família e um bom ano para 2020. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, estando de acordo com o apoio financeiro dados às freguesias, no entanto, solicitou explicação sobre os apoios financeiros, que alguns são ordinários e outros extraordinários, se é por imperativo legal ou por simples poder discricionário do Executivo em atribuir valores rigorosamente iguais a todas as freguesias. Mencionou que as importâncias a distribuir pela Câmara, deve ser de acordo com as dificuldades das freguesias, mas essencialmente de acordo com os fregueses de cada freguesia, e não devem ter a mesma contemplação freguesias que tenham mais habitantes. -----

Interveio o membro da assembleia, José Nascimento, mencionando que o Executivo não precisa de ninguém que esclareça a situação, porque já se encontra esclarecida, mas dado que se criou esta dúvida, não concordando com a opinião do deputado, Leonel Alves, porque não é membro de uma junta de freguesia e não sabe as dificuldades que muitas juntas atravessam, embora as necessidades surjam também com poucos fregueses. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. ---

--- **Período de intervenção do público.** -----

--- Interveio o munícipe Marco Santos, residente em Trancoso, questionando se não era viável, os Municípes terem acesso ao tipo de informação dos turistas que visitam Trancoso e o fluxo dos visitantes que vem de Espanha, havendo a necessidade de atempadamente fazer a divulgação das datas, dos vários eventos que decorrem ao longo do ano em Trancoso. Referiu que os horários do autocarro “Trancoso Sim”, se encontram errados nas paragens de autocarros e no site da Câmara Municipal, tendo havido a preocupação de já terem sido parcialmente retificados na Central de Camionagem de Trancoso. Relativamente às obras em curso, questionou para quando a abertura do Centro de Desenvolvimento e Inovação Social e quais as valências deste equipamento. Relativamente à Área Empresarial – Inovcast, projeto que estava destinado ao antigo edifício da GNR, saber em que ponto se encontra. Referiu que a revista municipal de 2019 não está a ser disponibilizada no sítio da Câmara Municipal e para quando estava previsto o lançamento da nova revista. -

--- Interveio o munícipe José Sarmento, residente em Trancoso, questionando o Executivo sobre a celebração de um contrato de consultadoria e apoio jurídico com o Dr. João Paulo Matias, a fim de dar apoio na área do direito administrativo, comercial, civil e criminal. No entanto, e na pendência desse contrato, a Câmara celebrou outro contrato de acessória jurídica, pelo prazo de um ano, relativo à mesma matéria, com que o Dr. João Paulo Matias tem o contrato, com uma advogada com domicílio profissional em Lisboa, pagando-se duas vezes o mesmo serviço. Mencionou que, ou existe algum incumprimento por parte do Dr. João Paulo Matias ou, efetivamente, existem áreas dentro do direito administrativo, comercial e civil ou penal, que o Dr. João Paulo Matias não domina, contratando-se alguém de fora. Referiu que o dinheiro público deve ser utilizado de forma criteriosa, que se acabem com os contratos de avença, se pague à peça e que, de preferência, se vá para os advogados da praça, existindo em Trancoso advogados com capacidade para apoiar o Executivo neste tipo de questões. -----

--- O Presidente da mesa da assembleia endereçou Votos de Boas Festas a todos os membros da assembleia, desejando que todas as assembleias se continuem a pautar pela grande elevação e combate político saudável.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Segundo Secretário

[illegible]